



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006065-75.2015.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Sandra Cordeiro Natal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

*Vistos.*

**SANDRA CORDEIRO NATAL**, portadora do RG n. 21.227.311-SSP/SP, filha de Archangelo Natal e Sebastiana Cordeiro Natal, nascido aos 21/05/1968, foi denunciada como incurso no artigo 155, *caput*, do Código Penal, porque no dia 05 de dezembro de 2014, por volta das 13h27, na Rua Nove de Julho n. 1468, no interior do estabelecimento comercial *Daju Modas Ltda*, nesta cidade e comarca, subtraiu para si, um vestido de cor laranja, avaliado em R\$ 80,00 (oitenta reais), pertencente à referida loja, representada por *Benedito Augusto Conde*.

Consta da denúncia que a acusada ingressou na loja acima, onde passou a manusear as roupas que estavam penduradas na arara de vestidos em promoção. Em seguida, subtraiu um vestido alaranjado, colocando-o em uma sacola que trazia consigo e, em seguida, deixou o local.

A denúncia foi recebida em 28 de agosto de 2015 (fl. 29).

A acusada, inicialmente citada por edital (fl. 50), teve o processo suspenso, nos termos do art. 366 do CPP, de 14 de dezembro de 2015 até sua citação pessoal que se deu em 15 de maio de 2018 (fl. 89), ocasião em que ofereceu resposta à acusação (fls. 92/98).

Durante a instrução, foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação, sendo, ao final, decretada a revelia da acusada.

O Ministério Público requereu, em alegações finais, a procedência da ação, bem como a concessão da modalidade privilegiada em razão da primariedade da ré, bem como do valor da *res furtiva*.

De outra parte, a Defesa requereu, em memoriais escritos, a absolvição da acusada por insuficiência probatória e, subsidiariamente, em caso de condenação, requereu que seja reconhecida a prática do crime de furto privilegiado, bem como a aplicação da pena no mínimo legal.

**É a síntese do necessário.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

A presente ação penal deverá ser acolhida.

Com efeito, o contexto probatório produzido nos autos se mostra apto para embasar o decreto condenatório. Finda a instrução processual, assim, ficou incontroversa a prática do crime de furto imputado à ré.

A materialidade do delito está evidenciada pelos depoimentos colhidos no decorrer da instrução processual, bem como pelo boletim de ocorrência de fls. 03/04.

A autoria, de igual modo, é indiscutível, já que a própria acusada confessou o delito na fase extrajudicial – fl. 10, para, em juízo, quedar-se inerte.

Não obstante, as provas produzidas nos autos evidenciam a prática do delito.

A vítima foi categórica em afirmar que a acusada esteve em seu estabelecimento comercial e se apoderou de um peça de roupa que estava exposta a venda, colocando-a dentro de um sacola e evadindo-se do local. Deixou claro, ainda, que sua filha, que ali estava, percebendo a ação criminosa, foi atrás da ré e conseguiu detê-la e recuperar o vestido.

A testemunha *Juliana Conde*, filha da vítima, igualmente, revelou que percebeu que a acusada, a quem reconheceu sem sombra de dúvidas, estava parada, em atitude suspeita, defronte a arara onde as peças de roupa estavam penduras, quando, então, não mais a viu e deu falta de um vestido de cor laranja, tratando, então, de sair no seu encalço, conseguindo detê-la e recuperar o referida peça de roupa.

Os policiais militares, ouvidos em juízo, informaram que foram acionados e compareceram nas imediações da loja, onde a acusada estava detida por ter subtraído um vestido. Ela foi apresentada à Delegacia de Polícia, onde foi registrado o Boletim de Ocorrência, sendo o vestido devolvido à vítima ainda no local.

Portanto, como se vê, a confissão extrajudicial da ré foi corroborada pela prova oral colhida sob o crivo do contraditório.

Deste modo, a procedência da presente ação é medida que se impõe.

Caracterizado o furto, passo a aplicação da pena, com fulcro nos artigos 59 e 68 do Código Penal.

A ré é tecnicamente primária, confessou o crime na fase policial e não existem outras circunstancias judiciais que lhe sejam desfavoráveis, conforme se percebe da FA e certidões de fls. 62/64, 66 e 68. Assim, diante do pequeno valor da *res*, imperioso o reconhecimento da figura do furto privilegiado previsto no §2º, do art. 155, do Código Penal, razão pela qual aplico somente a pena de 10 (dez) dias-multa, fixados unitariamente no mínimo legal.

Diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva estatal para **CONDENAR** o réu **SANDRA CORDEIRO NATAL**, portadora do RG n. 21.227.311-SSP/SP, filha de Archangelo Natal e Sebastiana



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Cordeiro Natal, nascido aos 21/05/1968, **ao pagamento de 10 (dez) dias-multa**, fixados unitariamente no mínimo legal.

Considerando a peculiaridade da pena, bem como ausentes os requisitos da prisão cautelar, concedo à ré o direito de recorrer em liberdade.

Com fundamento no artigo 4º, parágrafo 9º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 11.608/03, o acusado arcará com o pagamento de cem UFESP's a título de custas, observando se o caso o artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Registre-se oportunamente, com expedição das comunicações de praxe.

**P.R.I.C.**

Araraquara, **30 de agosto de 2018.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**